



Art. 6º A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer momento e a seu critério, as atribuições delegadas nesta Portaria, sem que isto implique em revogação parcial ou total do presente ato.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria DRF/CTA nº 23, de 24 de março de 2017.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.920, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 73 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 346, de 2 de maio de 2017, conforme o inciso X do art. 1º da Portaria GMF nº 393, de 14 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º DISPENSAR o servidor CHRISTIANO HENRIQUE DE LUCENA MACHADO, matrícula SIAPE nº 1091625, CPF nº 084.424.604-20, da Função Comissionada de Coordenador-Geral de Fiscalização de Conduta - CGCOF, código FCPE 101.4, para a qual foi designado pela Portaria Susep nº 6.548, de 08 de junho de 2016, publicada no DOU de 10 de junho de 2016, seção 2, página 38, e apostila publicada no Boletim de Pessoal, BP-02-Especial, de 27 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 6.926, DE 19 DE JUNHO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 73 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 346, de 2 de maio de 2017, conforme o inciso X do art. 1º da Portaria GMF nº 393, de 14 de julho de 2009, e inciso X do art. 1º da Portaria GMF nº 393, de 14 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º DISPENSAR o servidor LEONARDO GUERCHON, matrícula SIAPE nº 1091598, CPF nº 639.018.707-68, da função de Coordenador-Geral Substituto da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta - CGCOF, código FCPE 101.4, para a qual foi designado pela Portaria Susep nº 6.756, de 14 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 15 de dezembro de 2016, seção 2, página 29, e apostila publicada no Boletim de Pessoal 02-Especial, de 27/03/2017.

Art. 2º DESIGNAR a servidora CIDICE HASSELMANN, matrícula SIAPE nº 1195976, CPF nº 771.109.357-87, para exercer a função de Coordenador-Geral Substituto da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta - CGCOF, código FCPE 101.4, nos eventuais impedimentos do titular.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 260, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 9º, caput, inciso XVII da Portaria MI nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 156, de 17 de agosto de 2015, Seção 1, pág.27, considerando o disposto no Decreto n. 7.862, de 08 de dezembro de 2012, na Portaria MP n. 363, de 28 de novembro de 2016, na Orientação Normativa n. 01, de 02 de janeiro de 2017, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, e o que consta do Processo Administrativo n. 59224.000126/2017-59, resolve:

Art. 1º Restabelecer o pagamento do provento de PAULO EDSON PEREIRA DE SOUZA, matrícula SIAPE nº 677064, aposentado no cargo de Economista, Classe S, Padrão III, do Quadro de Pessoal Permanente deste Ministério, tendo em vista a entrega do comprovante de comparecimento para recadastramento nesta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, para a efetivação da atualização cadastral.

REYNALDO ABEN-ATHAR

PORTARIA Nº 261, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 9º, caput, inciso XVII da Portaria MI nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 156, de 17 de agosto de 2015, Seção 1, pág.27, considerando o disposto no Decreto n. 7.862, de 08 de dezembro de 2012, na Portaria MP n. 363, de 28 de novembro de 2016, na Orientação Normativa n. 01, de 02 de janeiro de 2017, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, e o que consta do Processo Administrativo n. 59224.000114/2017-24, resolve:

Art. 1º Restabelecer o pagamento da pensão civil de CARMEM LÚCIA DE SOUSA MENESES, matrícula SIAPE nº 5386951, pensionista do Instituidor FERNANDO AUGUSTO BEZERRA CORREIA, falecido no exercício do cargo de Técnico de Contabilidade, Classe S, Padrão III, do Quadro de Pessoal Permanente deste Ministério, tendo em vista o seu comparecimento à Gerência Regional de Recife, unidade deste Ministério mais próxima de sua residência, para a efetivação da atualização cadastral.

REYNALDO ABEN-ATHAR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS COORDENADORIA ESTADUAL EM PERNAMBUCO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 13, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O COORDENADOR ESTADUAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS EM PERNAMBUCO, usando da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 402/DG/DA/CRH, de 30 de agosto de 2013, publicada no Boletim Administrativo, Edição Extra, de mesma data, e tendo em vista o que consta do Processo nº 59403.000448/2017-90, resolve:

Art. 1º Aposentar a servidora ILKA MARIA DA SILVA, matrícula SIAPE n.º 734331, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, Código 481004, Classe S, Padrão NI-III, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Coordenadoria Estadual, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, combinado com o Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo - código de vaga n.º 473843.

MARCOS ANTÔNIO RUEDA MORAES

COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ SETOR DE RECURSOS HÍDRICOS

PORTARIA Nº 15, DE 19 DE JUNHO DE 2017

O COORDENADOR ESTADUAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS NO CEARÁ, usando da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 402/DG/DA/CRH, de 30 de agosto de 2013, publicada no Boletim Administrativo, Edição Extra, de mesma data, e tendo em vista o que consta do Processo nº 59400.0003969/2016-48, resolve:

Alterar, com vigência a contar de Setembro de 1992, a portaria nº 297/DPE, de 06 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 1990, que alterou a portaria nº 225/DPE, de 19 de Fevereiro de 1981, publicada no Diário oficial da União, de 24 de fevereiro de 1981 que concedeu aposentadoria inicial ao servidor JOSE GALDINO DA SILVA, matrícula SIAPE nº 0729738, ocupante do cargo efetivo de Agente de Defesa Florestal, Classe C, Padrão NI-IV, para considerá-lo efetivada com as vantagens no art. 184, Inciso I, da Lei nº 1.711/52 e excluir a vantagem do artigo 184 Inciso II da referida Lei.

FRANCISCO HERMENEGILDO SOUSA NETO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 464, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 123, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 2 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 51, a qual prorrogou o mandato das entidades integrantes do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP, eleitas mediante o processo eleitoral regido pelo Edital nº 9, de 27 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º Designar os representantes substituídos indicados pelas entidades eleitas no processo eleitoral, conforme documentação recebida pela Secretaria-Executiva do CONASP, para compor o Conselho Nacional de Segurança Pública da seguinte forma:

I - VICTORIANA LEONORA CORTE GONZAGA, como titular, e KAROLINA ALVES PEREIRA DE CASTRO, como suplente, representando o Ministério dos Direitos Humanos, em substituição a Fernando Antonio dos Santos Matos e Alexandre Brasil Carvalho Fonseca;

II - ALEXANDRE LIMA FERRO, como titular, e FERNANDO SIQUEIRA GUIMARÃES, como suplente, representando o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares - CNCG-PM/CBM, em substituição a Silvío Benedito Alves e Agnaldo Augusto da Cruz;

III - CLÁUDIO FERREIRA GOMES, como suplente, representando a Polícia Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO LORENA JARDIM

PORTARIA Nº 465, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, e o artigo 3º, §2º e §3º do Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Designar OSMAR VARGAS DE OLIVEIRA como Conselheiro Suplente do Conselho Nacional de Segurança Pública, representando o Viva Rio, em substituição a FABIANO DIAS MONTEIRO.

Art. 2º Designar SAULO RIBEIRO LOPES como Conselheiro Suplente do Conselho Nacional de Segurança Pública, representando a Associação dos Delegados de Polícia - ADEPOL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO LORENA JARDIM

PORTARIA Nº 466, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, e o artigo 3º, §2º e §3º do Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Designar CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ, para exercer o encargo de Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP, em substituição a CELSO PERIOLI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO LORENA JARDIM

PORTARIA Nº 467, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Decreto nº 1.507, de 30 de maio de 1995, alterado pelo Decreto nº 1.972, de 30 de julho de 1996; e no Regimento Interno da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, aprovado pela Portaria nº 388, de 15 de maio de 1998, alterada pela Portaria nº 344, de 29 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Designar o Capitão de Mar e Guerra (RMI) JOSÉ AIRTON SOMAVILLA BOMFIM, na condição de representante suplente do Comando da Marinha do Ministério da Defesa, para compor a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS.

Art. 2º A participação na referida comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO LORENA JARDIM

PORTARIA Nº 468, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso I, da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e art. 5º, § 3º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 446, de 26 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Designar CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ, na qualidade de titular, e JEAN RICARDO ALVES DUQUE, na qualidade de suplente, em substituição a CELSO PERIOLI e LEONARDO RODRIGO FERREIRA, respectivamente, para compor o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em sua primeira vaga;

§ 1º Fica designado CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ para a função de Presidente do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

§ 2º Fica dispensado LEONARDO RODRIGO FERREIRA da função de Vice-Presidente do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º Designar os servidores JOÃO FRANCISCO GOU-LART DOS SANTOS, na qualidade de titular, em substituição a CELINA PEREIRA, bem como EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA, na qualidade de suplente, para compor o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em sua segunda vaga;

Art. 3º Designar os servidores SYLVIO CEZAR KOURY MUSOLINO FILHO, na qualidade de titular, e LUIZ COIMBRA BARBOSA, na qualidade de suplente, em substituição a PEDRO HELENA PONTUAL MACHADO e TATIANA WHATELY DE MOURA, respectivamente, para compor o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública representando a Casa Civil.



Art. 4º Designar os servidores JOSÉ FERNANDES PONTES JÚNIOR, na qualidade de titular, e MARIA DO ROSÁRIO DE HOLANDA CUNHA CARDOSO, na qualidade de suplente, em substituição à AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN e EDUARDO FRANÇA NEVES BASSANI, respectivamente, como representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

TORQUATO LORENA JARDIM

PORTARIA Nº 469, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil e, considerando o disposto no Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, que instituiu o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos-RIBPG, resolve:

Art. 1º Alterar os incisos III, V e VII do artigo 1º da Portaria nº 1.996, de 3 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 4 de dezembro de 2015, com a finalidade de substituir membros do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), passando a ter a seguinte redação:

III - MARIA CRISTINA MARINE, titular, em substituição a RICARDO GUANAES COSSO; e ANTONIO CARLOS LIPINSKI, suplente, em substituição a NIVALDO PONCIO, na qualidade de representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública;

V - JEFFERSON LOUREIRO BADARACO, titular, em substituição a SÉRGIO MARTIN AGUIAR, na qualidade de representante do Departamento de Polícia Federal;

VII - JULIANA FRABRIS LIMA GARCIA, titular, em substituição a ANA CRISTINA LEPINSK ROMIO; e NELSON MASSAYUKI YOSHITAKE, suplente, em substituição a HEITOR SIMÕES DUTRA CORRÊA, na qualidade de representantes da Região Centro-Oeste.

Art. 2º Alterar o inciso IV do artigo 1º da Portaria nº 1.343, de 2 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2016, com a finalidade de substituir membro do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), passando a ter a seguinte redação:

IV - HELOISA HELENA KUSER, titular, em substituição a CELSO PERIOLI, na qualidade de representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO LORENA JARDIM

PORTARIA Nº 470, DE 16 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o art. 3º do Decreto nº 5.244, de 14 de outubro de 2004, tendo em vista o art. 4º da Portaria MJ nº 2.258, de 28 de dezembro de 2007, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 898, de 10 de outubro de 2016, que designa membros para composição do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
I - do Ministério da Justiça e Segurança Pública: Oswaldo Paiva da Costa Gomide, que o presidirá, e André Camelier Guimarães como Suplente.

III - do Ministério das Relações Exteriores: Pedro Miguel da Costa e Silva e Daniel Roberto Pinto;

VI - do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação: Antenor César Vanderlei Corrêa e Francisco Silveira dos Santos;

VII - do Ministério do Trabalho: João Naylor Villas Boas Agra e Talita Neves de Oliveira Feitosas;

VIII - do Departamento de Polícia Federal: Franco Perazzoni e Renato Pagotto Carnaz;

IX - do Departamento de Polícia Rodoviária Federal: Carlos André da Conceição Costa e Vinicius Pedro Pelizer;

X - da Secretaria da Receita Federal do Brasil: Murilo José Perini da Silva e Marcelo Neves Mascarenhas;

XI - da Secretaria Nacional de Segurança Pública: Romano José da Cunha Costa e Kleudson Moreira Tavares;

XIII - da Associação Brasileira de Empresas de Software: Andrea Liderman Salfatis e Rodrigo Lema Freitas;

XVIII - da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo: André Roncato e Fernando César Thiago de Melo;

XIX - da Motion Picture Association America Latina: Ygor Valério e Andressa Pappas;

XX - da Câmara dos Deputados: Anderson Gustavo Torres e Gilberto Pereira de Almeida;

Art. 2º Designar para compor o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual na condição de membros do Painel de Colaboradores, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, os seguintes representantes:

IV - da Secretaria Nacional do Consumidor: Arthur Luis Mendonça Rollo e Gabriel Reis Carvalho;

XII - da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes: Glácio Pegurim Libório e Bruno Boldrin Bezerra;

XIII - do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira e Jair de Oliveira Marques;

XIV - do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal: Emílio Carlos Salani e Edwal Casoni de Paula Fernandes Júnior;

XV - da Agência Nacional de Vigilância Sanitária: Marcel Figueira e Marcelo Camilo Moreira;

Art. 3º O referido Conselho terá como Secretário-Executivo Wellington Macedo e como substituta, nos casos de seus afastamentos ou impedimentos eventuais, Silvana Maria Amaral Silveira."

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO LORENA JARDIM

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 16 de junho de 2017

Nº 308 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país os Delegados de Polícia Federal RAFAEL MACHADO CALDEIRA, Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado, e CÂO EDUARDO AVANÇO, Chefe da Delegacia de Repressão a Drogas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas, os Agentes de Polícia Federal ANTONIO RIBAMAR RAMOS DE BRITO, lotado no Departamento de Polícia Federal (DPF), ARTHUR MAXIMILIANO LEITE POLICARPO, CHARLES DA SILVA NASCIMENTO, IVON PEREIRA DE ARAÚJO, JAIR SANTOAGOSTÃO MENEZES, KLINGER PEREIRA PAZTOJA, PAULO CESAR DA ROCHA VITORIANO, RAFAEL ESTEVAM DE PINHO ALMEIDA e RAIMUNDO NONATO BARBOSA DA SILVA, o Papiloscopista Polícia Federal CLAUDIO CESAR DA SILVA e o Agente Administrativo LEONCIO PEREIRA DE ALMEIDA, lotados na Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas, para participarem de missão oficial, na Província Mariscal Ramón Castilla/Loreto, Peru, no período de 18 a 30 de junho de 2017, inclusive trânsito, com ônus. (Processo nº 08240.005182/2017-41).

Nº 309 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afaste do país o Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental ARNALDO JOSE ALVES SILVEIRA, Coordenador-Geral de Cooperação Jurídica Internacional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, para participar da Reunião Técnica sobre o Tratado de Transmissão Eletrônica de Solicitações de Cooperação Jurídica Internacional entre Autoridades Centrais da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), em Lima, Peru, no período de 18 a 21 de junho de 2017, inclusive trânsito, com ônus. (Processo nº 08099.007689/2017-10).

Nº 310 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país os Delegados de Polícia Federal DAVID FÁRIAS DE ARAÇÓ, Chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão, e STENIO SANTOS SOUSA, lotado na Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal, para participarem de reunião de coordenação da Força Tarefa Internacional de Crimes Violentos contra Crianças, em Haia, Países Baixos, no período de 25 a 30 de junho de 2017, inclusive trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08211.001998/2017-42).

Nº 311 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afaste do país a servidora THAIS SILVA MENEZES, Coordenadora-Geral de Assuntos de Refugiados do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, para participar do XV Curso Regional sobre Direito Internacional de Refugiados, bem como do VI Curso Regional sobre Apatridia, em Aruba, Caribe, no período de 25 de junho a 1º de julho de 2017, inclusive trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08018.004134/2017-79).

Nº 312 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país o Delegado de Polícia Federal BENEDITO RAYMUNDO BERVALDO JÚNIOR, Chefe do Serviço de Análise de Dados de Inteligência Policial da Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Drogas da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado do Departamento de Polícia Federal (DPF), para participar do Curso sobre a Luta contra o Tráfico Ilícito das Drogas, em Domodedovo, Rússia, no período de 25 de junho a 9 de julho de 2017, inclusive trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08211.001456/2017-70).

Nº 313 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país dos Papiloscopistas Policiais Federais HERNANI RODRIGUES RIBEIRO JÚNIOR e LUCIENE MARQUES DA SILVA, lotados no Instituto Nacional de Identificação da Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal (DPF), para participarem do "I Ciclo INTERCOPS Fingerprints", em La Paz e Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, no período de 19 a 30 de junho de 2017, inclusive trânsito, com ônus. (Processo nº 08203.000825/2017-14).

TORQUATO LORENA JARDIM

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 305, DE 19 DE JUNHO DE 2017

A GERENTE NACIONAL DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL COM O PNUD BRA/14/011, no uso de suas atribuições legais conferidas, com fundamento no art. 18, III da Portaria MRE/GM nº 717, de 9 de dezembro de 2006 e CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica Internacional, firmado entre o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, objeto do Processo nº 08016.031677/2014-36, para realização do Projeto de Cooperação Técnica Internacional intitulado "Fortalecimento da Gestão do Sistema Prisional Brasileiro", código BRA/14/011, RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão para proceder à análise dos currículos recebidos por este Departamento, referente ao Edital nº 33/17, e seleção de 01 (um) Consultor para implementação de projetos piloto do Modelo de Gestão para Alternativas Penais, no âmbito da cooperação técnica do projeto BRA/14/011.

Art. 2º A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

I - Talles Andrade de Souza - DEPEN-MJ;
II - Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito - DEPEN-MJ;

III - Fernando Luis Coelho Antunes - Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília.

Parágrafo único - A Comissão terá como membro suplente a servidora Jéssica Leal e Silva Macedo - DEPEN-MJ.

Art. 3º O apoio técnico-administrativo necessário à realização dos trabalhos será prestado pela Assessoria de Gabinete da Diretoria-Geral do Departamento Penitenciário Nacional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARLENE INES DA ROSA

PORTARIA Nº 306, DE 19 DE JUNHO DE 2017

A GERENTE NACIONAL DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL COM O PNUD BRA/14/011, no uso de suas atribuições legais conferidas, com fundamento no art. 18, III da Portaria MRE/GM nº 717, de 9 de dezembro de 2006 e CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica Internacional, firmado entre o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, objeto do Processo nº 08016.031677/2014-36, para realização do Projeto de Cooperação Técnica Internacional intitulado "Fortalecimento da Gestão do Sistema Prisional Brasileiro", código BRA/14/011, RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão para proceder à análise dos currículos recebidos por este Departamento, referente ao Edital nº 32/17, e seleção de 01 (um) Consultor para produção de subsídios voltados ao fortalecimento da política nacional de controle e participação social na Execução Penal, no âmbito da cooperação técnica do projeto BRA/14/011.

Art. 2º A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

I - Maria Gabriela Viana Peixoto - ONSP/DEPEN;
II - Jocemara Rodrigues da Silva - DSPF/DEPEN;
III - Dalila Fernandes de Negretos - MDH.

Parágrafo único - A Comissão terá como membro suplente a servidora Amanda Cristina de Barros - DEPEN-MJ.

Art. 3º O apoio técnico-administrativo necessário à realização dos trabalhos será prestado pela Assessoria de Gabinete da Diretoria-Geral do Departamento Penitenciário Nacional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARLENE INES DA ROSA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 5.853, DE 12 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das competências que lhe foram atribuídas nos incisos X e XIV do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25 de abril de 2016, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U. nº 80, de 28 de abril de 2016, e na Portaria nº 499, de 29 de maio de 2014, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, publicada no DOU nº 106, de 5 de junho de 2014, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0024006-37.2013.4.01.3400, da Seção Judiciária do Distrito Federal, e tendo em vista as informações contidas no processo protocolado sob o nº 00410.034500/2017-81, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 124, de 06.02.2003, publicada no D.O.U. nº 29, de 10.02.2003, na parte que concedeu ao Escrivão de Polícia Federal, JOSÉ GERSON VIANA GADELHA, matrícula PF nº 7663, a promoção à Primeira Classe, com efeitos administrativos e financeiros a partir de 01.03.2003 e CONCEDER ao servidor JOSÉ GERSON VIANA GADELHA, promoção ao cargo de Escrivão de Polícia Federal, Primeira Classe, com efeitos administrativos e financeiros a partir de 01.07.2002.

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 216, de 29.01.2008, publicada no D.O.U. nº 22, de 31.01.2008, na parte que concedeu ao Escrivão de Polícia Federal, JOSÉ GERSON VIANA GADELHA, matrícula PF nº 7663, a promoção à Classe Especial, com efeitos